



CONTABILIDADE ■ 435 RECUSAS DE ASSINATURA COMUNICADAS

Discurso directo

Domingues de Azevedo, presidente da CTOC

“O sigilo fiscal é para ser respeitado”

Correio da Manhã – Qual é o maior desafio que os TOC enfrentam?



Domingues de Azevedo – O maior desafio é sem dúvida o da formação contínua. É preciso continuar a formar cada vez mais e melhores profissionais

– Como compatibilizam o sigilo fiscal com o dever de comunicar qualquer situação anómala?

– Os TOC estão abrangidos pelo sigilo fiscal, que tem de ser respeitado. O sigilo fiscal não serve para ocultar e cometer crimes, mas sim para punir os incumpridores.

– Como estão as relações da CTOC com o Fisco?

– Temos as melhores relações com a Administração Fiscal, embora haja mecanismos informáticos que necessitam de ser melhorados. ●

SAIBA MAIS

74 817 técnicos oficiais de contas estavam inscritos na Câmara, como apurou ontem a assembleia geral realizada no Porto. A actividade de TOC é de inscrição obrigatória.

80 mil euros foi quanto a Câmara dos Técnicos Oficiais de Contas pagou em impostos ao Estado pelo exercício de 2007.

INÍCIO A actividade de técnico oficial de contas começa oficialmente em 1958 através da exigência de uma figura inserta no Código da Contribuição Industrial.

ORÇAMENTO Foi no Orçamento do Estado de 1994 que o Governo pede e obtém autorização legislativa para regulamentar o exercício da profissão. Na sequência dessa autorização legislativa surge o Decreto-lei n.º 265/95.

Técnicos de contas detectam 379 crimes

Empresas sem actividade continuam a cobrar IVA que não entregam ao Estado

■ MIGUEL ALEXANDRE GANHÃO

Os Técnicos Oficiais de Contas (TOC) detectaram e denunciaram ao Ministério Público 379 crimes cometidos por empresas e empresários em 2007. A maioria das situações denunciadas prende-se com empresas que cessaram a sua actividade mas que continuam a passar facturas e a cobrar o Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA) sem o entregar ao Estado.

“Temos encontrado diversos casos de empresas que já declararam ter cessado a actividade e continuam a passar e a liquidar facturas”, afirmou ao **CM** Domingues de Azevedo, presidente da direcção da Câmara dos Técnicos Oficiais de Contas (CTOC). Outros exemplos anómalos detectados pela Câmara que congrega aqueles profissionais de contabilidade são as empresas que apresentam sistematicamente valores de compras superiores aos valores de vendas. “Trata-se de uma situação para a qual frequentemente os TOC chamam a atenção. É uma situação que evidencia que algo não está correcto na empresa”, adianta Domingues de Azevedo.



▲ A PROCURADORIA RECEBEU 379 DENÚNCIAS DE CRIMES PÚBLICOS RELACIONADOS COM EMPRESAS

A CTOC também comunicou à Direcção-Geral de Contribuições e Impostos (DGCI) 435 participações de autorização de recusa de assinatura de contas de empresas por terem sido detectadas graves irregularidades. Os números constam do relatório de actividades da CTOC que ontem foi aprovado, por larga maioria, durante a assembleia geral realizada no Porto. Para além das denúncias, a

Foram 132 os profissionais peritos em tribunal

CTOC indicou 132 profissionais para peritagens judiciais junto dos tribunais.

A CTOC realizou durante o ano passado 4978 julgamentos de técnicos de contas, aplicando 1667 penas disciplinares das quais sete foram de suspensão e três de expulsão (a pena mais grave aplicada).

A Câmara tem tido uma estreita colaboração com a DGCI, em espe-

cial no que se refere à troca de informações por via informática (os TOC têm acessos privilegiados à informática fiscal). “Os mecanismos informáticos da Administração Fiscal têm funcionado muito bem”, refere Domingues de Azevedo, acrescentando que há no entanto situações que podem ser melhoradas. “As reclamações dos contribuintes têm de deixar de ser entregues em papel. É preciso desenvolver uma aplicação informática para acelerar todo o processo”, referiu. ●



▲ HÁ EMPRESAS QUE CESSAM A ACTIVIDADE E EMITEM FACTURAS

FACTURA FALSA DE UM MILHÃO

Um dos casos denunciados ao Ministério Público foi o de uma empresa, sem actividade há 15 anos, que passou uma factura de um milhão de euros. “Estamos a falar de uma empresa que já tinha cessado toda a actividade comercial há mais de 15 anos e que para passar uma factura daquele valor teria de ter uma actividade no valor de, pelo menos, nove milhões de euros”, afirmou Domingues de Azevedo. Aquele responsável disse que o facto foi imediatamente comunicado ao Ministério Público, que iniciou a investi-

gação. A Procuradoria-Geral da República (PGR) tem dado conta dos vários julgamentos que se encontram marcados e que resultaram das investigações desenvolvidas pelo MP a partir de denúncias realizadas pela Câmara dos Técnicos Oficiais de Contas. “Já temos várias comunicações de julgamentos em que o MP solicita se a Câmara deseja constituir-se assistente ou pede a colaboração a título de testemunha”, refere o presidente da direcção da CTOC. Os técnicos têm também colaborado a título de peritos. ●